

Economia política da urbanização da região do Baixo Jaguaribe-CE: dinâmica populacional e novas formas de consumo, emprego e renda*

Edilson Pereira Júnior**

Resumo

Deve-se reconhecer o quanto as novas estratégias político-econômicas foram eficientes no sentido de integrar a região do Baixo Jaguaribe-CE numa nova economia de trocas internacionais. O seu processo de desenvolvimento está associado, sobretudo, aos novos rumos assumidos pelo Estado no sentido de inserir a agricultura numa lógica competitiva. No artigo enfocam-se as mudanças que a modernização agrícola provocou na economia urbana, na dinâmica demográfica e nas relações de trabalho da região, com destaque para a investigação dos processos de reestruturação produtiva e de transformação das relações sociais de produção. O Baixo Jaguaribe é observado como um exemplo de que o recente desenvolvimento das atividades agrícolas modernas vem se dando não sem alterar os objetos e os circuitos de uma racionalidade produtiva que se inicia no campo e vai se completar na cidade.

Palavras-chave: Economia urbana, dinâmica demográfica e emprego.

Abstract

It should be recognized how the new political-economic strategies were efficient in the sense of integrating the area of

* Trabalho associado ao projeto de pesquisa *Economia Política da Urbanização da Região do Baixo Jaguaribe-CE*, financiado pelo CNPq.

** Mestrando em Geografia pela UECE (edilsonjr@uece.br).

Baixo Jaguaribe-CE in a new economy of international exchanges. Its development process is associated, above all, to the new directions assumed by the State in the sense of inserting the agriculture in a competitive logic. It is focused, in the article, the changes that the agricultural modernization made in the urban economy, in the demographic dynamics and in the area's work relationship, emphasizing the analysis of the productive restructuring process and the social relationship of production changes. Baixo Jaguaribe is observed as an example of the alteration of the objects and the circuits of a productive rationality (that begins in the field and it will complete in the city), that is caused by the recent development of the modern agricultural activities.

Key words: Urban economy, demographic dynamics and employment.

Introdução

As duas últimas décadas marcam uma importante mudança do processo econômico desenvolvido no Estado do Ceará. Novos elementos ligados à mundialização da economia vão trazer consigo a fluidez dos investimentos, resultando na dispersão espacial das atividades modernas que se realiza não sem alterar os circuitos de uma racionalidade produtiva materializada no território. Neste quadro, alguns lugares, que não somente os principais centros de produção cearense tornam-se atraentes para novos investimentos, uma vez que ganham destaque propiciado tanto pela expansão dos equipamentos, quanto pela implementação de políticas públicas de incentivo à atração do capital.

Os rumos assumidos pelo mais recente quadro de transformações se apresentam como uma manifestação bem projetada das atuais mudanças que se dão num plano nacional e mundial. Assim como revelam os novos caminhos seguidos pela organização política cearense desde a década de 1980, também indicam que a força da modernização capitalista legítima no

território do Estado as racionalidades ditadas pelo mercado, erigindo novas organizações espaciais em benefício da produção e das trocas globais.

Inicia-se assim uma nova fase na organização econômica e política, na qual a reprodução de um modelo produtivo e de gestão vai facilitar a penetração do capital nacional e internacional no Ceará. Ao buscar o rompimento com as práticas mais tradicionais de produção econômica, o novo projeto busca garantir o fortalecimento das estratégias empresariais, onde o deslocamento dos circuitos de operação tende a mudar os processos tanto na capital quanto no interior, vinculando novas características à organização sócio-espacial dos municípios.

No artigo enfocam-se as mudanças que a modernização agrícola provoca não somente no espaço agrário, como também nos elementos que estruturam a economia urbana, as relações de trabalho e a dinâmica populacional. Nosso destaque é a região do Baixo Jaguaribe, na qual o recente desenvolvimento das atividades agrícolas modernas vem alterando os objetos e os fluxos de uma racionalidade produtiva que se inicia no campo e vai se completar na cidade.

Além dessa introdução, o trabalho trará uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento econômico escolhido pelo Ceará, não esquecendo de relacionar todo o processo às mais recentes estratégias de expansão do capitalismo. Depois de investigar a modernização do espaço agrário no Baixo Jaguaribe, o debate revelará todos os seus impactos sobre a economia urbana e as mais recentes formas de expansão da população e do emprego, quando finalmente será conduzido à análise final.

O processo de desenvolvimento capitalista no Ceará e a região do Baixo Jaguaribe

Os elementos que consolidam a economia de mercado são definitivamente incorporados pelo Ceará a partir das mudanças políticas desencadeadas na década de 1980. Esse é o momento no qual um grupo de “jovens empresários”, autônomos do poder local,

se diz disposto a reestruturar as relações sócio-econômicas do Estado. Acreditando representar a vanguarda do movimento econômico, esse novo grupo empresarial, reunindo-se no Centro Industrial do Ceará (CIC), se transforma num crítico do modelo de intervenção governamental, considerado por eles o maior entrave na busca pelo livre interesse de capitalistas e trabalhadores.

Como afirmam Abu-El-Haj (1997) e Bonfim (2002), o projeto político-econômico do CIC consistia primeiramente na retirada dos investimentos diretos do Estado, deixando a ele apenas o papel de propulsor do crescimento econômico. Num outro momento seria necessária uma recuperação das finanças públicas a partir de uma flexibilização da ação estatal no tratamento das demandas sociais. Foi exatamente isso que passou a ser implementado na “máquina estatal” cearense com a conquista do poder pelos “jovens empresários” em 1986.

Inicia-se assim uma nova fase na organização política e econômica no Ceará, na qual a reprodução desse modelo de gestão vai materializar os interesses do capital nacional e internacional no Estado. Fundamentadas numa filosofia burguesa/liberal, como bem aponta Gondim (1998, 2000), as práticas desse mais novo governo, conhecido como “Governo das Mudanças”, se traduzem na ampliação da infra-estrutura cearense, no fortalecimento das tendências industrializantes, na expansão do turismo litorâneo e na modernização da produção agrícola.

Evidencia-se então uma ação político-econômica intensa na qual a intervenção do governo estadual se dá através de uma parceria com o capital privado (ALMEIDA e SILVA, 2000). Entre os aspectos mais importantes desse novo “desenvolvimentismo”, o destaque vem para a atuação marcante do Estado na tentativa de conduzir o ordenamento econômico local à lógica do mercado, orientando também o crescimento industrial e o mercado consumidor. O papel do Estado, nesse sentido, é agora o de fomentar a abertura de espaços para assegurar a chegada/consolidação do capital produtivo no Ceará.

A região do Baixo Jaguaribe, recorte territorial que abrange dez municípios¹, se insere na nova organização espacial da produção capitalista, destacando-se como uma das “manchas” de expansão e desenvolvimento desse mais recente modelo de racionalidade produtiva cearense. Atingida por inúmeros investimentos, a maioria voltada para a modernização da produção agrícola, a região vem sofrendo um expressivo impacto econômico, explicitado por novos padrões de organização sócio-espacial (O Povo, 2004).

Para Elias (2002b), os elementos que vão garantir a reestruturação produtiva e territorial do Baixo Jaguaribe estão diretamente ligados à política econômica implementada pelo Governo das Mudanças, que, primando pela aplicação técnica e científica no desenvolvimento da agricultura, tem como principal objetivo competir com o agronegócio globalizado.

A região, ainda segundo a autora (2002a), passa a ser uma das mais afetadas pelo Programa Cearense de Agricultura Irrigada (PROCEAGRI), desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Irrigada (SEAGRI) e responsável pelo crescimento econômico no campo através de projetos de irrigação e complexos agroindustriais, todos voltados para o desenvolvimento dos padrões de competitividade internacional.

No Baixo Jaguaribe, esses projetos começam a ganhar evidência a partir da década de 1990 com a construção de novos perímetros irrigados, com a melhoria da infra-estrutura de transportes e de comunicação e com o desenvolvimento do comércio e dos serviços locais. Acabam engendrando maior dinamismo e fluidez na região, acelerando também as mudanças que se processam na economia urbana, na dinâmica demográfica e nas relações de trabalho.

¹ Para o estudo foram selecionados os municípios de Alto Santo, Ibicuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, São João do Jaguaribe, Russas e Tabuleiro do Norte, pertencentes a Microregião do Baixo Jaguaribe-CE.

Espacialmente, são as sedes dos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova que melhor expressam o impacto sofrido recentemente pelas mudanças na economia, revelando que a cidade é o “locus” da gestão, circulação e consumo das riquezas produzidas no campo. O item seguinte abordará essa temática com mais atenção.

Acumulação capitalista, expansão da economia urbana e os impactos sobre o trabalho e a dinâmica populacional

Todas as mudanças recentemente sofridas pela região do Baixo Jaguaribe expressam um quadro de transformações pela qual vem passando a produção capitalista e os seus reflexos no Brasil e no Ceará. Ao enxergar o novo processo de organização mundial, no qual as forças produtivas alcançam um grau de desenvolvimento impressionante graças aos estímulos do avanço tecnológico, reconhecemos uma ampliação por demais significativa dos meios que garantem a reprodução, distribuição e circulação do capital (HARVEY, 1998). Este, disseminado já há algumas décadas pelos países capitalistas periféricos, agora se apresenta consumindo novos lugares e impondo os ditames da produção competitiva na tentativa de construir uma geografia mais racionalizada.

A inserção da região do Baixo Jaguaribe nos novos processos de competitividade internacional significa também a sua inclusão no ordenamento criado pelas práticas globais de ampliação da rentabilidade capitalista. O desenvolvimento das atividades que privilegiam o setor empresarial agroexportador, um processo que vai reorganizando a divisão territorial do trabalho, institui nos municípios os referenciais de mundialização das trocas, sempre dispostos a satisfazerem as necessidades da acumulação ampliada do capital.

Constatamos na região, então, uma ação mais intensa da lógica organizacional integradora das cadeias produtivas. Ao buscar o rompimento com as práticas mais tradicionais de produção e trabalho agrícola, a lógica agroexportadora e as

empresas envolvidas neste investimento criam laços de integração e dependência com os mais diversos centros de produção e consumo no mundo, demonstrando que os novos sistemas de técnicas cada vez mais exercem um papel de combinação com os municípios (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Com a consolidação do agronegócio e da produção agroindustrial, opera-se a correlação de forças econômicas externas com os tradicionais componentes de acumulação, uma ampliação do eixo de comunicação do local com o global. Mas, assim como a região se apresenta para o capital injetando-lhe energia na reprodução das relações de acumulação, o deslocamento dos circuitos de operação também mudam os processos nos municípios, vinculando novos valores à organização econômica e social de suas principais cidades.

O capital, ao produzir o espaço através de estratégias que objetivem a sua reprodução, não se legitima sem articular ou integrar os mais diversos ramos e setores da economia. A ação do capital sobre o espaço não se materializa sem antes lhe dar um papel de produtor e distribuidor das riquezas, uma imposição que facilite as possibilidades de circulação e consumo das mercadorias.

Nesse sentido, a produção agroexportadora e capitalista, que impõe novas marcas ao espaço agrário do Baixo Jaguaribe, não se completa sem dinamizar os componentes que movimentam a economia urbana, o emprego e as formas de consumo. Sabemos, como afirma Singer (1998), que quando a divisão do trabalho entre cidade e campo se estabelece, os mecanismos de produção e as transformações realizadas na natureza pelo homem passam a ser apenas iniciado no campo, mas é completado na cidade. Assim, tanto o homem do campo passa a ser um consumidor de produtos e serviços urbanos, como a eficiência da produção agrária vai depender do desenvolvimento das forças produtivas na cidade.

Nos casos onde o campo sofre um forte impulso dos investimentos de natureza capitalista, como no Baixo Jaguaribe, o mesmo acaba ganhando mais força para modificar sensivelmente o movimento da cidade, designando a ela uma nova diversidade de

produtos e funções. A quantidade e diversidade de bens e serviços produzidos no espaço urbano vão se ampliando na medida em que o mais produto da atividade agroexportadora vai dominando com maior intensidade a esfera de produção e circulação da vida cotidiana.

Com a maior fluidez proporcionada pelos novos equipamentos, dinamizam-se os sistemas de transporte e de comunicação, intensificando-se as trocas e ampliando-se o comércio e os serviços, responsáveis por um maior impacto na vida social. As mudanças na base técnica remetem à cidade um novo movimento, agora cada vez mais orientado pelos padrões de racionalidade capitalista. De acordo com Santos (1979), tudo isso contribui para a reprodução da força de trabalho e para a completude do ciclo de produção (mercadoria-dinheiro-mercadoria), e isso em detrimento dos pequenos produtores rurais e urbanos. Trata-se da ação do modo de produção capitalista, que destinado a reproduzir a força de trabalho de seus agentes, multiplica o capital por meio de uma mais-valia que aumenta à medida que se amplia o consumo da mercadoria (OLIVEIRA, 1987).

Sendo assim não é tão difícil perceber porque as atividades ligadas ao setor terciário na região do Baixo Jaguaribe vêm sofrendo grande dinamicidade, fato que resulta em novas modalidades de consumo produtivo e consuptivo e implica numa maior distribuição dos empregos e dos equipamentos urbanos.

Para ficarmos somente em Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova, na verdade as três cidades da região que melhor expressam o caráter da transformação social e econômica, é possível constatar um forte incremento no comércio varejista e atacadista, com inúmeros estabelecimentos dispendo de serviços modernos, tais como cadastros informatizados, vendas no cartão de crédito e assistência técnica especializada. Mas, como nos lembra Lima e Rocha (2002), devemos considerar que nessas cidades também são encontrados vários estabelecimentos tradicionais que, trabalhando com produtos de grande variedade, ainda utilizam um

sistema de vendas caracterizado pelo uso de balanças de peso, consumo a granel, caderno de contas, entre outros.

Respeitando as particularidades de cada uma das cidades, percebemos que é o terciário de Morada Nova que ainda traz os laços mais fortes com os modelos tradicionais. Apesar de já apresentar elementos que indiquem uma modernização na economia urbana, o comércio continua voltado, sobretudo, para o mercado local e a maioria dos serviços oferecidos pela sede do município ainda carece de melhor qualidade.

Em Russas e Limoeiro do Norte a realidade se apresenta de forma diferenciada. Na primeira cidade, onde é possível se deparar com um comércio movimentado, que destaca inúmeras boutiques de roupas, lojas de eletrodomésticos, perfumarias, concessionárias de veículos, entre outros, a instalação de uma fábrica de calçados da empresa Dakota parece ter oferecido sólida infra-estrutura urbana. Alguns serviços que se destacam pelo uso da inovação técnica e pela informatização já são amplamente oferecidos, sendo os mesmos consumidos principalmente por instituições governamentais, bancos, hotéis e estabelecimentos comerciais.

Mas é em Limoeiro do Norte que temos a presença mais marcante dos elementos que indicam a modernidade da produção e do consumo. O comércio e os serviços apresentam claramente uma qualidade técnica e profissional e as instituições religiosas, financeiras, de ensino e de planejamento elevam a cidade a um centro polarizador dos demais municípios da região. Merece destaque, além das novas formas assumidas pelo consumo, com maior opção de vendas a crédito e variedade de produtos no atacado e no varejo, o fato de Limoeiro do Norte desenvolver um terciário voltado fortemente para o setor produtivo. Inúmeros estabelecimentos do comércio e dos serviços concentram-se nessa cidade exatamente para atender toda uma demanda por atividades e produtos voltados para a agroindústria. Esse fato parece ilustrar bem aquilo que Elias (2002a) já dizia acerca da *cidade do campo* no Baixo Jaguaribe.

Todas essas transformações sofridas pela economia urbana, assim como, o dinamismo gerado pelos novos padrões de consumo, não tardam em atingir as formas de emprego na região supracitada. No Baixo Jaguaribe, a incorporação de grande número de trabalhadores ao sistema técnico e empresarial consolida a apreensão de uma nova lógica pela população, pois, ao assumir os ritmos da racionalidade produtiva, o trabalho produz novos valores para o espaço e o tempo, engendrando também novas formas de apreendê-los. É justamente esse emprego técnico e qualificado que vem ganhando cada vez mais evidência diante dos demais setores de atividades na região.

Os indicadores que expressam o percentual de empregos por setor econômico nos mostram como a População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios do Baixo Jaguaribe vem acrescentando de forma impressionante o seu contingente de trabalhadores no setor terciário ao longo das últimas décadas. Entre os anos de 1970 e 2000 evidenciamos um aumento de quase 380% na PEA, um número absoluto que ultrapassa as 30 mil pessoas.

Em contrapartida, o setor primário no mesmo período sofre significativa redução, já que dispunha de 73,01% da PEA em 1970 e chega a 38,56% em 2000.

As razões dessa inflexão nos números que indicam o emprego por setor da economia estão associadas diretamente às demandas produzidas pela mais recente modernização da agricultura, responsável pelo consumo de tecnologias, equipamentos, informação, crédito e insumos diversos. Também o impacto gerado pelo incremento da renda vai contribuir no aumento dos estabelecimentos ligados ao comércio e aos serviços, gerando um avanço no emprego que atende as necessidades do consumo consuptivo.

A mudança na estrutura do emprego setorial é confirmada finalmente com os indicadores do setor secundário: mesmo apresentando uma taxa de variação inferior a do setor terciário, o aumento da PEA no secundário, que chega em todo período a

285%, indica um importante acréscimo para as atividades industriais.

Merecem relevância os exemplos extraídos dos ramos de cerâmica, calçados e confecção de redes, este último desenvolvido especialmente no município de Jaguaruana. No caso específico da indústria de calçados é preciso destacar o papel assumido pela Dakota Russas S/A, empresa de capital gaúcho localizada no município de Russas, cuja instalação se deu, entre outros fatores, por decorrência do programa de interiorização industrial desenvolvido pelo Governo do Estado. Essa empresa compreende uma área coberta de 30 mil metros quadrados, dispendo de 04 mil funcionários, responsáveis por uma produção de mais de 08 mil pares de sapatos por dia.

As transformações ocorridas na estrutura produtiva e na organização do espaço do Baixo Jaguaribe também implicam no redirecionamento do seu perfil demográfico. Todas as mudanças engendradas pela agroindústria e o terciário moderno atuam no sentido de afetar a dinâmica populacional, ampliando o número absoluto de habitantes e reestruturando componentes importantes do quadro demográfico, como a distribuição da população urbana e rural, a divisão etária e o fluxo migratório.

Assim, uma vez introduzida a modernização na economia, seus reflexos demográficos não tardam a se materializar, sendo a expectativa de boas oportunidades de emprego/renda e a promessa de uma melhoria nas condições de vida, os principais motivos para atração de um relevante contingente de pessoas. A distribuição da população pelas cidades também começa a sofrer mudanças significativas, tendo em vista que ao tradicional desenho urbano, acrescentam-se novos bairros, ocupados, sobretudo, pela população migrante.

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2000, a região do Baixo Jaguaribe alcançou uma população absoluta de 286.680 habitantes, 14,4% a mais que o último dado assinalado pelo mesmo órgão em 1991. O incremento populacional entre 1980 e 1991 já havia apontado um leve

acréscimo, já que o total de habitantes havia passado de 224.766 para 250.111, aumentando em 11,3%. Porém, com os números indicados em 2000, constatamos que o crescimento não só continuou, como assumiu um ritmo mais intenso que nas duas últimas décadas.

A migração inter e intra-estadual é, de fato, a causa principal de todo esse dinamismo no quadro demográfico. Sabemos que a migração é um importante mecanismo de distribuição espacial da população e reconhecemos que o rearranjo geográfico das atividades econômicas se apresenta como um componente essencial na organização do fluxo migratório. Com efeito, dado a demanda por força de trabalho proporcionada pela nova realidade da economia, evidencia-se uma atração cada vez maior de um significativo contingente populacional.

Diante dessa dinâmica podemos destacar os fluxos de pessoas vindas da zona rural dos próprios municípios ou de outros do interior do Estado. Nesse caso, a evolução do percentual da população urbana sobre a rural passa a ser um bom indicador da concentração demográfica nas cidades. Os números apontam um expressivo crescimento a partir de 1980, quando o percentual da população urbana passa de 23 para 34,7%, chegando, posteriormente, a 47,7% em 1991. No entanto, é notadamente a partir do último censo que esse índice assume uma proporção nunca antes verificada pela região. Por conta dos novos fatores de atração, aquilo que o IBGE chama de taxa de urbanização, alcança, em 2000, 54,6%.

Desse modo, é possível perceber que os elementos engendrados pelos mais recentes modelos de racionalidade produtiva têm um efeito desestabilizador na população e na economia urbana, ocasionando rupturas e ritmos mais dinâmicos no lugar onde opera.

É no espaço, entretanto, que os mecanismos produzidos pelo capitalismo encontram o seu ordenamento material. Todas as manifestações de riqueza e contradição encontram no território a representação mais definida da (des)ordem determinada pelos

mecanismos de reprodução do capital. Seu desenho comporta tanto os equipamentos modernos, quanto as mais diversas expressões da contradição capitalista. Trata-se da consolidação espacial das diferentes forças que refletem e condicionam a sociedade.

Algumas considerações

Deve-se reconhecer o quanto as novas estratégias político-econômicas foram eficientes no sentido de integrar o Ceará numa nova economia de trocas nacionais e globais. Reagindo de maneira eficaz diante da gradativa falência dos programas regionais de apoio ao crescimento econômico, o Estado se impôs solidamente na conquista de investimentos externos, aparelhando a infraestrutura e desenvolvendo estratégias de financiamento para o capital internacional.

Porém é necessário ver como se dá a relação entre o local e o global a partir dos novos movimentos. Ora, diante do que expusemos até aqui, a modernização da agricultura no Estado em nenhum momento se coloca como uma dinâmica erigida do próprio lugar. O movimento está intimamente ligado ao atual quadro de mudanças pela qual vem passando o capitalismo e os seus reflexos no Brasil e no Ceará. Enxergando o novo processo de organização mundial, no qual as forças produtivas alcançam um grau de desenvolvimento impressionante graças aos estímulos do avanço tecnológico, reconhecemos uma ampliação por demais significativa dos meios que garantem a reprodução do capital. Este, disseminado já há algumas décadas pelos países capitalistas periféricos, agora se apresenta consumindo novos lugares na tentativa de impor a generalização da forma-mercadoria e construir uma geografia mais racionalizada.

No espaço agrário do Baixo Jaguaribe, esse processo se manifesta a partir da aplicação de novas racionalidades produtivas, resultado da expansão do agronegócio globalizado. Nesse sentido a integração da região do Baixo Jaguaribe aos novos processos de competitividade e rentabilidade agrícola internacionais significa também a sua inclusão no ordenamento criado pelas práticas

globais de acumulação. A implantação da fruticultura irrigada nos moldes empresariais, um processo que vai reorganizando a divisão territorial da produção e do trabalho, institui na região os referenciais de mundialização das trocas, sempre dispostos a satisfazerem as necessidades de expansão do sistema capitalista. A região do Baixo Jaguaribe é, nesse sentido, uma parcela do espaço que gradativamente se submete a um jogo de decisões tomadas, cada vez mais, por articuladores que estão distantes do lugar.

Pensar todas essas transformações é pensar a chegada de uma nova ordem que não mais prioriza os componentes sociais e econômicos diretamente ligados ao local. A inserção da fruticultura irrigada significa também a redefinição de todo um corpo de valores que emerge sob a resistente influência de uma lógica racionalista.

O momento anterior, marcado por uma economia não capitalista de subsistência, passa a ser gradativamente desintegrado, assim como todos os referenciais de sociabilidade e temporalidade lenta, exclusivos da vida cotidiana das pequenas cidades. São os novos elementos que chegam com o objetivo de esgarçar os padrões mais antigos.

É preciso reiterar que a política de modernização no campo não ocorre sem modificar outros elementos que garantam o bom desempenho da gestão, da produção e do consumo capitalista, tais como a economia urbana, as formas de emprego e renda e a dinâmica da população.

Assim a consolidação do processo tem trazido conseqüências irreversíveis para a organização do espaço urbano das principais cidades da região. Primeiramente, diante do mais recente arranjo econômico, novos meios de produção e consumo acabam estimulando o crescimento dos equipamentos, a dinamização dos fluxos e a expansão das atividades modernas, grande parte delas voltadas ao atendimento das demandas da produção agroexportadora. Nunca se viu tamanha dinamização dos setores econômicos, fato que determina mudanças substanciais muito bem reveladas pela maior intensidade dos movimentos, pela

expansão dos estabelecimentos modernos, pelo aumento do consumo, pela difusão dos serviços, pelo acirramento do trabalho assalariado, pela intensificação das trocas e por todas as demais transformações que, em última instância, acarretam profundos impactos na vida social.

Tudo isso repercute diretamente na dinâmica urbana, uma vez que engendra importantes mudanças na organização sócio-espacial das principais cidades da região, com destaque para Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova. Na medida em que expressa crescimento econômico e redistribui uma gama de atividades, o processo redefine o consumo do território remetendo ao espaço urbano novas formas e funções.

Por outro lado, malgrado aos avanços sofridos pela economia, cria-se uma significativa pressão migratória responsável por transformações importantes no quadro sócio-espacial, pois, mais do que antes, essas cidades se caracterizam pela grande capacidade de atrair e concentrar uma população de baixa renda. Por introduzir um imaginário da ampla oportunidade, todo o processo implica numa significativa transformação dos padrões demográficos anteriores, criando um novo mecanismo de organização da dinâmica populacional, no qual o deslocamento de pessoas vindas dos distritos, de outros municípios da região e até mesmo de outros centros do Estado, remete às cidades supracitadas um quadro sensível de mudanças sócio-espaciais.

A demanda por terra urbanizada cresce, remetendo ao antigo ordenamento urbano mudanças estruturais, as quais podem ser observadas pelo extravasamento dos limites tradicionais da zona construída, pela elevação do custo do solo nas áreas beneficiadas com serviços públicos, pelo caráter seletivo do Estado na aplicação de reformas urbanas e pelo parcelamento mais intenso dos terrenos nas cidades. Desse processo decorre uma série de questões referentes a repartição dos direitos e dos custos sociais urbanos, em que se vê a multiplicação de carências dentre as quais poderiam ser destacadas a baixa qualidade da habitação, o desemprego, entre outros.

Nesses termos, pensar a penetração capitalista no espaço agrário da região do Baixo Jaguaribe é também pensar num jogo de contradições cada vez mais refletido na ordem urbana. Assim como assume uma posição importante na reprodução das relações de produção capitalista, a dinâmica de reestruturação revelada na região aponta para um maior embate entre as diferentes classes que forma o seu quadro social. A materialização urbana da produção agrícola globalizada se impõe aqui de forma evidente, revelando que, ao se configurar como centro de concentração de uma maior parcela do capital, as principais cidades da região do Baixo Jaguaribe se tornam também o teatro da contradição sócio-espacial.

As mudanças expressam um resultado da expansão desenfreada sofrida pelo grande capital, que ao ser introduzido no campo e gerar eficiência para a produção agrícola, vai depender das forças que são materializadas na cidade, designando a ela uma nova diversidade de produtos e funções. A quantidade e diversidade de bens e serviços produzidos no espaço urbano se ampliam na medida em que o excedente da atividade agroexportadora domina com maior intensidade a esfera de produção e circulação da vida cotidiana.

Por fim, ao analisar a recente trajetória econômica da região do Baixo Jaguaribe, não podemos deixar de perceber que essa dinâmica também é uma manifestação bem projetada das atuais transformações que se dão num plano nacional e mundial. A força da modernização capitalista legítima em seu território as racionalidades ditadas pelo mercado, erigindo novas organizações espaciais em benefício da produção e das trocas globais. Na região, hoje, despontam, num plano mundial, os resultados da atual lógica flexível capitalista e, num plano nacional, as conseqüências advindas da abertura econômica ao capital hegemônico.

Referências bibliográficas

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Neodesenvolvimentismo no Ceará: autonomia empresarial e política industrial. In **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, 28: 3: 327-345, 1997.

ALMEIDA, Manoel Bosco de. SILVA, Almir Bittencourt da. Ceará: crescimento econômico, ajuste fiscal e investimentos (1985-1997). In AMARAL FILHO, Jair do. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: Edições INESP, 2000.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria. **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ELIAS, Denise. Integração competitiva do semi-árido. In: ELIAS, Denise. SAMPAIO, José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002a.

_____. A modernização da produção agropecuária. In: ELIAS, Denise. **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe - CE**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002b.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os Governos das Mudanças no Ceará (1987-1994)**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

_____. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). In SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LIMA, Luiz Cruz. ROCHA, Adriana Marques. Expansão do terciário. In: ELIAS, Denise. **O novo espaço da produção globalizada: o Baixo Jaguaribe - CE**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

O POVO. **Baixo Jaguaribe: paraíso da fruticultura**. Caderno especial: agronegócios. Fortaleza, 29 de agosto de 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

Recebido em julho de 2005

Aceito em outubro de 2005